

ANÁLISE DO COMPORTAMENTO APLICADA: INCLUSÃO DE ALUNOS COM TEA

FERNANDEZ, A. C. P.¹

PINTO, D. S. M.²

RESUMO

O presente artigo apresenta como as crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) estão inseridas nas instituições escolares, com modelos de ensino tradicional e punitivo, visto que, são respaldados por lei a garantia ao acesso no ensino regular. Com isso, o objetivo deste trabalho é apresentar os princípios filosóficos da ciência Análise do Comportamento Aplicada (ABA), por meio de suas evidências e contribuições de sua prática na educação inclusiva de alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA), como forma de auxiliar os docentes em condutas assertivas no manejo de comportamento de crianças com TEA no ambiente escolar. Portanto, conclui-se que através da aplicabilidade da ciência ABA, os alunos com TEA, têm maior diminuição de comportamentos disruptivos e maior aproveitamento escolar no âmbito social e de aprendizagem.

Palavras-chave: Inclusão Escolar. Modelo Educacional. Skinner. Análise do Comportamento Aplicada. Transtorno do Espectro Autista.

ABSTRACT

The present article expounds how children with Autism Spectrum Disorder (ASD) are inserted in the Education Institutions, by the traditional and punitive systems, given that legislation ensures them the access to regular education. All things considered, this paper is intended to delineate the philosophical principles of the Applied Behavior Analysis (ABA), by means of its practice's evidences and contributions to the inclusion of students with Autism Spectrum Disorder (ASD), for the purpose of assisting teachers with assertiveness when dealing with the behaviour of ASD children in the learning environment. Therefore, it is concluded that, through the applicability of ABA science, ASD students have a lowering disruptive behaviour rate and a higher educational outcome in the social and academic spheres.

Keywords: Inclusive Education. Educational System. Skinner. Applied Behavior Analysis. Autism Spectrum Disorder

¹ Anna Carolina Perdigão Fernandez. Graduanda do Curso de Psicologia da Faculdade de Apucarana- FAP. Apucarana- PR. 2024. Contato: annacarolina43@hotmail.com

² Débora Sanitá Malaguido Pinto. Orientadora da pesquisa. Docente do Curso de Psicologia da Faculdade de Apucarana- FAP. Apucarana- PR. 2024. Contato: debora.malaguido@fap.com.br

INTRODUÇÃO

O aumento das pesquisas científicas sobre o Transtorno do Espectro Autista (TEA), possibilitou melhores ferramentas e conhecimentos teóricos para a realização de um diagnóstico precoce, conseqüentemente, houve um aumento epidemiológico global no índice de crianças que apresentam o TEA. Segundo a OPAS (2020), 1 a cada 160 crianças no mundo tem o Transtorno do Espectro Autista, com isso, observa-se o aumento das crianças com TEA nas escolas de ensino regular, pelo INEP (2023), em 2010, foram realizadas 441.851 matrículas no ensino regular, do ensino infantil ao ensino médio, de alunos deficientes com direito a inclusão. Já no ano 2022, havia 1.292.466 alunos matriculados nas instituições de ensino regular, nesta estimativa, 429.521 alunos autistas estão matriculados no ensino regular em 2022.

Observando o panorama atual dos índices de crianças diagnosticadas com TEA, e por direito, frequentadoras do ensino regular, este trabalho tem por objetivo, refletir e abordar a forma como estas crianças estão sendo inseridas no ambiente escolar, quais são os métodos utilizados pela equipe pedagógica que respalda a prática do ensino e aprendizagem destes alunos e como a psicologia Analítico Comportamental, diante da sua prática científica, pode auxiliar os docentes e a equipe pedagógica na qualidade e efetividade da inclusão escolar. Esta reflexão deve atingir toda a sociedade escolar, começando pelos pais, professores, diretores, pedagogos, funcionários em geral, até a conscientização dos alunos que estarão inseridos nas salas de aula com os alunos inclusos (Nascimento; Souza, 2018).

Desta forma, será destacado como Análise do Comportamento Aplicada (ABA), que apresenta altas evidências científicas como prática para desenvolver o repertório comportamental de crianças TEA e o público em geral, pode substituir os métodos de ensino tradicionais e punitivos no ensino regular e promover a inserção da prática da ABA nas instituições de ensino, evidenciando a efetividade, humanização e aprendizagem de qualidade para os alunos. Tal prática está embasada nos estudos extensos propostos por Skinner e, através de estudos empíricos, transpor o que foi cientificamente comprovado nas práticas sociais, neste caso, as escolas.

METODOLOGIA DA PESQUISA

A presente pesquisa, trata-se de uma abordagem qualitativa, com finalidade descritiva, de natureza bibliográfica. Segundo Gil (2002, p.44), “a pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos.” Foram utilizados livros e artigos científicos que abordam o tema da Inclusão escolar de alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e como Análise do Comportamento Aplicada (ABA) pode auxiliar na efetividade de ensino aprendizagem destes alunos no modelo tradicional de ensino.

Os artigos científicos utilizados para elaboração da pesquisa foram por meio do Google Acadêmico (G.A), utilizando palavras chaves como: Inclusão escolar de alunos com TEA, modelo tradicional e Análise do Comportamento Aplicada. Corroborando com os dados, foram manuseados livros que abordam o tema em questão. Dentro dos critérios de inclusão, considerou os artigos e livros publicados em português, entre o período de 1993 a 2023. A escolha dos materiais foi através da leitura de títulos, resumos, resultados e discussões, sendo excluídas matérias que não abordaram o objetivo do trabalho presente. Por fim, foram utilizadas 25 referências bibliográficas entre elas, artigos e livros.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA

A expressão autismo, foi utilizada pela primeira vez, pelo psiquiatra Eugéne Bleuler em 1911, que descrevia que as pessoas caracterizadas como autistas apresentavam uma fuga da realidade e comportamentos retraídos, com isso associou-se ao quadro de esquizofrenia. Somente a partir da terceira edição do Manual de Diagnóstico e Estatísticas de Transtornos Mentais desassociou com abordagem esquizofrênica elaborada por profissionais psicanalíticos para uma descrição da sintomatologia autista (Schmidt, 2017).

O DSM-IV trouxe o termo Transtornos Globais do Desenvolvimento (TGD), inserindo o autismo em outras subcategorias do grupo TGD, que diagnosticava através de uma tríade de critérios sintomáticos como: o déficit de comunicação, na interação social e comportamentos repetitivos ou interesses restritos. Além do Transtorno Autista no subgrupo de TGD, estavam presentes o Transtorno de

Asperger, Transtorno de Rett, Transtorno Desintegrativo da Infância e Transtornos Globais do Desenvolvimento sem nenhuma Especificação (Schmidt, 2017).

A partir de uma dificuldade clínica em distinguir cada subgrupo, que a princípio evidencia uma hegemonia de sintomas, iniciaram-se pesquisas que compreenderam que as características típicas de uma pessoa autista não acometiam na sua totalidade, mas nos seguintes domínios específicos: problemas na comunicação e interação social e em comportamento restritos e repetitivos, apresentada pelo DSM-IV (Schmidt, 2017).

O DSM- IV (2002), realocou o Transtorno Espectro Autista (TEA), no grupo correspondente aos Transtornos do Neurodesenvolvimento. Com a evolução das pesquisas compreende que o TEA são condições que iniciam na primeira fase do desenvolvimento humano, que geram déficits nas áreas acadêmica, sociais, pessoal e profissional, não havendo cura para transtornos caracterizados neste grupo. O TEA é categorizado por déficits na comunicação e interação social, que exemplifica por comportamentos deficitários na reciprocidade socioemocional, na ausência de contato visual, na comunicação não verbal e devolver uma relação com pares.

Seguindo, os aspectos apresentados pelo DSM-V, que atualmente é utilizado para realizar o diagnóstico clínico de TEA, o segundo critério é comportamentos restritos e repetitivos, como: padrões ritualísticos, inflexibilidade cognitiva, movimentos motores, ecolalias e hiper ou hipossensibilidade. Sendo necessário, apresentar na primeira infância (0-3 anos) e com prejuízo clinicamente significativo, sendo dividido em três níveis de gravidade, nível 1, 2 e 3 de suporte (DSM-V, 2013, p.50-52). O autismo vem sendo diagnosticado desde 1943, com um número ascendente de indivíduos que apresentam o transtorno, sendo estimado 1 a cada 36 crianças (Brito, 2018).

Com o alto número de estudos acerca do TEA, pesquisas confirmam que sinais precoces podem ser identificados nos dois primeiros anos de vida da criança, porém, não podem ser fechados antes desse período. Ao monitorar o desenvolvimento da criança, permite adotar estratégias preventivas em possíveis atrasos no desenvolvimento ou quando fechado o diagnóstico iniciar ações terapêuticas para reduzir comportamentos problema do transtorno. Intervenções baseadas na Análise do Comportamento Aplicada (ABA) apresentam grande eficácia no tratamento com crianças diagnosticadas, principalmente nos primeiros anos de vida, e no decorrer de sua vida (Sella; Ribeiro, 2018).

MÉTODOS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

No Brasil, a inclusão educacional envolve diversas áreas, tais como as culturais, políticas, sociais e pedagógicas, garantindo o direito de todos os alunos a fazerem parte do processo de ensino e aprendizagem, sem que haja qualquer forma de exclusão (Brasil, 2008). Tal perspectiva foi ancorada na Declaração Universal dos Direitos Humanos, em 1948, porém, foi com o advento da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional que se determinou que as pessoas com deficiência deveriam ser incluídas no ensino regular, ofertando atendimento educacional especializado, formação continuada aos docentes, professores de apoio e acessibilidade e articulação intersetorial na implementação de políticas públicas.

Entretanto, pessoas com Transtorno do Espectro Autista, foram reconhecidas como pessoas com deficiência a partir da Lei nº 12.764 de 27 de Dezembro de 2012, que instituiu a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (Brasil, 2012). No artigo 3º, inciso IV, garante a estas pessoas acesso à educação, e como parágrafo único, caso apresente necessidade no ensino regular, tem direito a um acompanhante especializado (Brasil, 2012). Gerando necessidade de intervenções para equipe pedagógica na garantia de um serviço efetivo e de acordo com as necessidades do aluno.

A inclusão escolar é uma temática vigente e essencial para a sociedade brasileira, sobretudo pelas instituições de ensino. Em contrapartida encontram-se diversas dificuldades na efetividade da inclusão no ambiente escolar devido a falta de acessibilidade, profissionais com domínio técnico e profissional e materiais pedagógicos necessários que promovam a aprendizagem de qualidade. As instituições apresentam, na contramão da inclusão, grandes conflitos envolvendo pessoas com deficiência (PCD), como: negligência com crianças autistas, recusa de matrículas por parte dos gestores acadêmicos, falta de professores capacitados e práticas preconceituosas (Cleter; Figueiredo, 2021).

Percebe-se que as práticas tradicionais e punitivas são utilizadas no ambiente escolar atualmente, com isso, epistemologicamente, o ensino tradicional pressupõe, que a inteligência é o campo onde torna o indivíduo capaz de armazenar informações, das simples às mais complexas. O objetivo principal do ensino tradicional é transmitir conhecimento, ou seja, uma pessoa detentora dos conhecimentos, os professores,

que dominam os conteúdos já organizados, estruturados transmitem para os discentes, considerados passivos no processo de aprendizagem (Leão, 1999).

Em consonância com o modelo tradicional, o modelo punitivo é inserido nas instituições de ensino, como forma de controle coercitivo entre a relação professor e aluno, sendo assim, a punição é utilizada sem conhecimento técnico e teórico, e seus possíveis efeitos negativos no comportamento dos discentes. Ao modelar o comportamento dos alunos de forma punitiva, gera-se efeitos colaterais sobre a forma de agir do indivíduo no ambiente escolar (Socorro; Santana, 2011).

Para explicar sobre o método punitivo, é necessário compreender através da psicologia Analítico Comportamental, o significado da palavra punição. Com isso, o comportamento operante é aquele que produz modificações no ambiente e por ele é modificado, ou seja, denominado de consequências do comportamento. A punição positiva ou negativa, denominado de controle aversivo, são exemplos de consequências que reduzem a frequência do comportamento acontecer novamente. Desta forma, a punição positiva é o acréscimo de um estímulo aversivo no ambiente, e a negativa é a retirada de um estímulo reforçador do ambiente, todas diminuindo a frequência do comportamento (Moreira; Medeiros, 2019).

O uso da punição é desencorajado pela Análise do Comportamento, pois o comportamento de punir apresenta efeitos colaterais (eliciação de respostas emocionais, como tremores, taquicardia, palpitação e choro) através de controle aversivo nos indivíduos. Podemos citar como exemplo o aluno que está fazendo bagunça na sala de aula e o professor repreende, conseqüentemente suspende a bagunça, porém, no sujeito punido causou respostas de palpitação e tremores (Moreira; Medeiros, 2019).

Outro efeito colateral é o declínio de outros comportamentos aprendidos além do comportamento punido, como um aluno repreendido ao falar com o professor pode deixar de falar com ele, como também, deixar de emitir outros comportamentos como conversar com os amigos e realizar as atividades. O último efeito colateral diz respeito a evitar antecipadamente o acesso ao organismo punidor, reproduzindo outro comportamento, como por exemplo um aluno muito punido no ambiente escolar pode evitar passar perto da escola (Moreira; Medeiros, 2019).

Portanto, vale refletir a forma como os alunos com deficiência estão sendo inseridos no ensino regular diante dos métodos atuais utilizados, pois apresenta uma grande dificuldade na prática de garantir a eles, professores capacitados

(tecnicamente e profissionalmente) e professores de apoio. Com isso, o ato educativo no Brasil, tem se tornado desestimulante, transformando o ato de estudar, em respostas evitativas de entrar em contato com contingências punitivas, de repressão, humilhação e notas baixas (Socorro; Santana, 2011).

PRINCÍPIO FILOSÓFICO DA ANÁLISE DO COMPORTAMENTO APLICADA

A ciência da Análise do Comportamento tem sua base filosófica fundamentada no Behaviorismo Radical de Burrhus Frederic Skinner, que propunha identificar como as pessoas se comportam e porque se comportam desta forma. Com isso, antes de consolidar-se o Behaviorismo Radical, como principal filosofia da prática da ciência Analítico Comportamental, houveram grandes escritores que corroboram no desenvolvimento da filosofia atual (Bock, *et al*, 1993).

O behaviorismo surgiu primeiramente com Watson, que buscava compreender os comportamentos de forma objetiva, mensurável, possível de replicação e observáveis, excluindo os conteúdos internos, sendo denominado de Behaviorismo metodológico. Em seguida, B. F. Skinner, postulou formulações e melhores compreensões sobre o fenômeno estudado, o comportamento humano, através do condicionamento operante, considerando e estudando os conteúdos internos. Tais formulações foram abordadas dentro da filosofia denominada de Behaviorismo Radical, sendo esta, que atualmente sustenta a ciência da Análise do Comportamento (Bock, *et al*, 1993).

Para estabelecer o conceito de condicionamento operante de Skinner, faz-se necessário retroceder na história, sobre os estudos do comportamento, sendo postulado a primeira compreensão, a partir dos comportamentos reflexos, ou denominado de comportamentos inatos, que são as características da espécie desenvolvidas ao longo da sua história filogeneticamente, como forma de sobrevivência ao ambiente, por exemplo, ao colocar o dedo na boca do bebê, automaticamente ele irá sugar seu dedo, ou quando um indivíduo se depara com uma fonte de luz, a pupila se contrai. Portanto o reflexo é a interação daquilo que o indivíduo faz com o que antecedeu sua ação, é a relação entre estímulo e resposta, sendo a interação do organismo com o ambiente (Moreira; Medeiros, 2019).

Em conseqüente, Ivan Pavlov, estudou a capacidade da espécie humana em aprender novos reflexos, denominando de condicionamento respondente. Diante das postulações anteriores, Skinner apresentou no Behaviorismo Radical, a ciência como

uma prática para estudo e auxílio nos comportamentos humanos através de estudos rigorosos, pelos métodos do Behaviorismo metodológico, porém, com a inclusão dos conteúdos internos em suas formulações. Com isso, Skinner, apresentou o condicionamento operante, relações mais complexas de aprendizagem que o indivíduo faz com o ambiente, sendo assim, a relação do organismo com o ambiente produz consequências no ambiente e são afetadas por elas, os comportamentos operantes são controlados pelas consequências, as modificações do ambiente (Moreira; Medeiros, 2019).

As consequências são divididas em duas classes, a primeira que aumenta a probabilidade de um comportamento acontecer no futuro, denominado de reforço, através de um acréscimo de um estímulo considerado agradável para sujeito, reforço positivo, ou pela retirada de um estímulo considerado indesejável para o sujeito, reforço negativo, podendo gerar comportamentos de fuga e esquiva. A segunda classe é a que diminui a frequência do comportamento ocorrer novamente, chamando de punição, a punição positiva é o acréscimo de um estímulo aversivo para o indivíduo, e a punição negativa é a retirada de um estímulo agradável pelo sujeito. Por fim, a última consequência postulada por Skinner é a extinção, quando deseja eliminar um comportamento indesejado ou inadequado do sujeito, através da ausência de reforços no comportamento do indivíduo (Skinner, 2006).

ANÁLISE DO COMPORTAMENTO APLICADA NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Análise do Comportamento Aplicada (ABA), é utilizada de forma pejorativa por integrantes da sociedade como “método ABA”, porém ABA é uma ciência fundamentada em três pilares principais, primeiramente que é uma ciência que aplica fundamentos da Análise do Comportamento, é embasada na filosofia Behaviorista Radical e a seu desenvolvimento de pesquisa é a Análise Experimental do Comportamento, ou seja, Análise do Comportamento Aplicada é aplicação dos preceitos filosóficos, que foram desenvolvidas a partir de experimentos que fundamentaram a ciência Análise do Comportamento para problemas socialmente relevante (Sella; Ribeiro, 2018).

A ABA, produz diversas aplicações satisfatórias em diferentes áreas organizacionais como: escolas, empresas, hospitais e com diferentes públicos alvos, crianças com desenvolvimento típico e atípico, adolescentes, adultos e idosos. Ivar Lovaas foi reconhecido por aplicar a ciência analítico comportamental em crianças

com TEA, em decorrência da apresentação no perfil de pessoas com atrasos no desenvolvimento da linguagem, com isso, realizou diversos estudos e publicação da efetividade do campo da Análise do Comportamento Aplicada ao tratamento de pessoas autistas (Sellas; Ribeiro, 2018).

Para Skinner (2006), todo comportamento pode ser aprendido diante de alterações realizadas no ambiente ou pelo agente mediador. Com isso, a Análise do Comportamento Aplicada é uma ciência que tem por objetivo ampliar o repertório comportamental do indivíduo, ensinando habilidades adaptativas socialmente, enfraquecer a ocorrência de comportamentos disruptivos, através de estratégias sistematizadas. Pode-se também, auxiliar no processo de desenvolvimento de atividades de vida diária, autonomia e aumentar a tolerâncias para situações que geram frustrações, possibilitando para o indivíduo maior independência e integração na sociedade (Nascimento; Souza, 2018).

Para uma intervenção ABA, seja efetiva para pessoas com TEA é necessário um trabalho minucioso, rigoroso e sistematizado, iniciando através do processo de avaliação comportamental do sujeito, possibilitando coletar informações sobre o repertório comportamental presente e construir um currículo comportamental individualizado, delimitando os comportamentos alvos, desenvolvimento de habilidade básicas e complexas e diminuição de comportamentos socialmente indesejáveis. A implementação destas estratégias, necessita-se de um ambiente motivador, que promova uma aprendizagem efetiva, realizando avaliações periódicas para mensurar aquisição dos comportamentos alvos, ou alterar as contingências atuais para a manutenção do comportamento (Nascimento; Souza, 2018).

Tendo em vista, que a ABA, possui uma filosofia rica e vasta em conhecimento, observa-se a necessidade de maior capacitação dos educadores para transpor tais conhecimentos na rotina do ambiente educacional inclusivo, por meio dos objetivos da aplicação da Análise do Comportamento citado acima, gerando melhores manejos comportamentais na relação docente e aluno, a partir da compreensão das contingências reforçadoras à realidade vivenciada. A contribuição dos psicólogos analistas comportamentais no trabalho multidisciplinar pode auxiliar na efetividade do trabalho elaborado pelos educadores (Nascimento; Souza, 2018).

POSSIBILIDADES DE INTERVENÇÕES BASEADAS EM ABA NA INCLUSÃO ESCOLAR DE TEA

Na conjuntura apresentada anteriormente, abordando os métodos utilizados na educação inclusiva nas instituições atuais, através do método tradicional e punitivo e em consonância com as legislações vigentes que garantem às pessoas com deficiência, enfatizando o TEA, na inserção do ensino regular, apresenta a necessidade da redução na dificuldade de adaptação das crianças incluídas e dos docentes receptores desta inserção (Brito, 2022).

Com isso, a ciência ABA, pode auxiliar no processo de modificação do cenário atual da educação inclusiva, iniciando pela substituição do método punitivo por condutas que promovam aos alunos acesso a consequências reforçadoras, para que aumente a frequência de comportamentos desejáveis e esperados pela criança com TEA no ambiente escolar, evitando comportamentos de fuga e esquiva, e baixa aquisição da aprendizagem e de habilidades sociais que o ambiente acadêmico pode promover para estes alunos (Rosa, 2022).

O reforço positivo é uma forma de substituir as punições, através da apresentação de reforço positivo em comportamentos desejáveis, ou seja, o docente irá reforçar os comportamentos adaptativos que o aluno apresenta, em vez de reprovar ou punir os comportamentos disruptivos, por exemplo, o professor pode reforçar o aluno quando realiza as tarefas em sala, do que criticá-lo quando não realiza as tarefas. Através desta conduta, aumentará a probabilidade da emissão de comportamentos assertivos por parte do discente (Moreira; Medeiros, 2019).

Em conseqüente, realizar avaliações dos comportamentos em excesso e em déficits deste aluno, e elaborar um plano de ensino individualizado (PEI), traçando os comportamentos alvos que serão desenvolvidos, como serão desenvolvidos, como será registrado e comprovado a evolução do discente e por fim, estabelecimento de metas reais para alcançar o objetivo alvo. Este trabalho pode ser realizado por uma equipe multidisciplinar que se deslocará até o ambiente escolar para coletar informações do aluno, ou pela equipe pedagógica capacitada teoricamente para realizar este processo (Lacerda, 2020).

CONCLUSÃO

Dado o exposto, conclui-se que os métodos tradicionais e punitivos na educação inclusiva, influenciam no processo de ensino e aprendizagem, dificultando e apresentando lacunas na inclusão efetiva e de qualidade, sendo discordante com as leis que respaldam a inclusão de alunos com deficiência no ensino regular. Como forma de reduzir os prejuízos vigentes, a ciência ABA, mostra-se eficiente e aplicável no contexto escolar visando maior humanização e diminuição de práticas discriminatórias e segregacionistas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSOCIAÇÃO AMERICANA DE PSIQUIATRIA. **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais – DSM**. 4 ed. – Texto Revisado. Tradução Claudia Dornelles. Porto Alegre: Artes Médicas, 2002.

ASSOCIAÇÃO AMERICANA DE PSIQUIATRIA. **DSM-5 - Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais**. 5. ed. Porto Alegre: Artemed, 2015.

BOCK, Ana M. Bahia, *et al.* **Psicologias**: uma introdução ao estudo de psicologia. 5. ed. São Paulo: Saraiva. 1993. 317 p.

BRASIL. Lei Nº12.764, de 27 de Dezembro de 2012. Lei institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2012. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12764.htm. Acesso em: 26 abr 2024.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Divulgação de Resultados: Censo Escolar da Educação 2022. Brasília, 2023. Disponível em: https://download.inep.gov.br/censo_escolar/resultados/2022/apresentacao_coletiva.pdf. Acesso em: 07 de maio 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducoespecial.pdf>. Acesso em: 26 abr 2024.

BRITO, Raphael Martins de. Aplicação Da Terapia ABA (Análise do Comportamento Aplicada) na inclusão de crianças e adolescentes autistas em escolas regulares. 2022. Disponível em: <https://dspace.uniube.br:8443/bitstream/123456789/2006/1/RAPHAEL%20MARTINS%20DE%20BRITO.pdf>. Acesso em: 07 maio 2024.

BRITO, Lucelmo Lacerda. Análise do comportamento aplicada como orientadora da Inclusão Escolar: uma possibilidade no Brasil?. In: ANAIS DO 8º CONGRESSO BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL, 2018, São Carlos. **Anais eletrônicos...** Campinas, Galoá, 2018. Disponível em: <https://proceedings.science/cbee/cbee-2018/trabalhos/analise-do-comportamento-aplicada-como-orientadora-da-inclusao-escolar-uma-poss?lang=pt-br#>. Acesso em: 05 de maio 2024.

CLETER, Glicéria Martins; DE FIGUEIREDO, Tito Lívio. A inclusão com a mediação escolar: uma via adequada para o senso de pertencimento social das pessoas com deficiência (PCDs). In: STRAVOGIANNIS, Andrea Lorena. **Autismo: um olhar por inteiro**. São Paulo: Literare Books International, 2021. cap. 28, p. 217-222.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar um projeto de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, cap. 4, p.44, 2002.

LACERDA, Lucelmo. Inclusão escolar em autismo: muito além da socialização. In: LOBE, Kaká Koerinch Busch; LOBE, André. **Propósito azul: uma história sobre autismo**. 2. ed. São Paulo: nVersos, 2020. cap. 6, p.140-147.

LEÃO, Denise Maria Maciel. Paradigmas contemporâneos de educação: escola tradicional e escola construtivista. **Cadernos de pesquisa**, n. 107, p. 187-206, 1999. <http://educa.fcc.org.br/pdf/cp/n107/n107a08.pdf>

MOREIRA, Márcio Borges; MEDEIROS, Carlos Augusto de. **Princípios Básicos de análise do comportamento**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2019.

NASCIMENTO, Gabriela Alves; DE SOUZA, Sandra Freitas. A inclusão de alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA): possibilidades de intervenção psicopedagógica através da Análise do Comportamento Aplicada. **Paidéia**, 2018. Disponível em: <http://revista.fumec.br/index.php/paideia/article/view/6322> . Acesso em: 05 maio 2024.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE. OPAS, 2020. **Transtorno do Espectro Autista**. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/topicos/transtorno-do-espectro-autista#:~:text=Estima%2Dse%20que%2C%20em%20todo,que%20s%C3%A3o%20significativamente%20mais%20elevados>. Acesso em: 07 maio 2024.

ROSA, Sandra de Oliveira. Análise do Comportamento Aplicada (ABA) e sua contribuição para a inclusão de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) graus II e III no ensino fundamental I. **Caderno Intersaberes**, v. 11, n. 32, p. 212-229, 2022. Disponível em: <https://www.cadernosuninter.com/index.php/intersaberes/article/view/2177> Acesso em: 07 maio 2024.

SCHMIDT, Carlo. Transtorno do espectro autista: onde estamos e para onde vamos. **Psicologia em Estudo**, v. 22, n. 2, p. 221-230, 2017. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/2871/287176492010.pdf> . Acesso em: 04 maio 2024.

SELLA, Ana Carolina; RIBEIRO, Daniela Mendonça. **Análise do Comportamento Aplicada ao Transtorno do Espectro Autista**. 1. ed. Curitiba: Appris, 2018.

SOCORRO, Anselmo Silva; SANTANA, Isael José. A PUNIÇÃO COMO MÉTODO CONTROLE: SEUS MALEFÍCIOS E SUA INEFICÁCIA NA ESCOLA. **ANAIS DO SCIENCULT**, v. 2, n. 1, 2011. Disponível em: <https://anaisonline.uems.br/index.php/sciencult/article/view/3312>. Acesso em: 25 abr 2024.

SKINNER, Burrhus Frederic, 1904-1990. **Sobre o Behaviorismo**. Tradução de Maria da Penha Villalobos. 10. ed. São Paulo: Cultrix, 2006. 216 p.